

ANC X

JORNAL DO BRASIL

Política

JORNAL DO BRASIL

4 1º caderno quarta-feira, 22/5/85

Assembleia

Emenda da Constituinte vai ao Congresso em junho

Brasília — Foto de Wilson Pedrosa

Brasília — O Presidente José Sarney enviará ao Congresso Nacional, até o dia 15 de junho, mensagem determinando a data de convocação da Assembleia Constituinte, que deverá ser votada no segundo semestre do ano. Em seguida, Sarney assinará ato criando a comissão constitucional que vai elaborar o anteprojeto da Constituição, composta por juristas e representantes de várias entidades da sociedade civil.

Até a chegada da mensagem ao Congresso e a criação da comissão, o presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, e o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, farão os contatos com líderes de todos os partidos para discutir os termos do pacto político que o Governo pretende encaminhar simultaneamente ao debate sobre a convocação da Constituinte.

Dois turnos

A informação foi dada pelo líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, após a reunião do Conselho Político, no Palácio do Planalto, com a participação de todos os líderes da Aliança Democrática (PMDB-PFL). Além da Constituinte, o grupo também tratou com Sarney do próximo reajuste das prestações do BNH e das eleições municipais de 15 de novembro, para as quais ainda é necessário definir se serão realizadas em um ou dois turnos.

Segundo Pimenta da Veiga, entretanto, "há uma nítida tendência" para a aprovação dos dois turnos. Restaria discutir o limite da obediência a essa regra. Ou seja: se ela se aplicaria somente às capitais ou incluiria outros municípios, até um determinado número de habitantes.

Pimenta da Veiga afirmou que embora a emenda Gastone Righi (PTB-SP) — que convoca a Constituinte para 86 limitando algumas de suas atribuições — possa ser submetida a votação no próximo dia 12 de junho, conforme determina a pauta do Congresso, seu texto não deverá ser aprovado por falta de quórum. Ele garantiu que a decisão de Sarney de enviar ao Congresso uma mensagem com idêntico objetivo da emenda do Deputado do PTB "não tem a intenção de atropelar ninguém". E justificou:

— É absolutamente normal a convocação da Constituinte pelo Executivo e essa convocação deve envolver todos os poderes. O envio da mensagem não é contra nenhum poder.

O Senador Fernando Henrique Cardoso, líder do Governo no Congresso, comentou os problemas de outra emenda — do Deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), que ao contrário da emenda Righi atribuiu poderes ilimitados à Constituinte. "Ela não define se os senadores eleitos em 82 (que em 86 só terão cumprido metade de seus mandatos) serão ou não constituintes", disse Fernando Henrique, esquecido de que se a emenda não esclarece esse pormenor isso equivale a uma cassação do restante daqueles mandatos.

Ele enumerou mudanças na legislação autoritária que precisam ser feitas durante os debates da comissão constitucional: "lei Falcão (que limita a propaganda eleitoral na televisão), lei de imprensa e lei de greve".

— Acho até que é possível unir à nova legislação sobre greve aspectos que regulamentem a negociação salarial, o que poderia dar maior flexibilidade ao ato de reconhecimento da legalidade das greves — disse Fernando Henrique.

Pimenta rechaça tese do acordo preliminar

Brasília — "Ninguém pode querer limitar a Constituinte, pois ela vai refletir a vontade nacional. No entanto, este desejo nacional, penso eu, não vai resultar na aprovação de teses como a do comunismo. A sociedade brasileira não se vai transformar a este ponto".

Com esta frase, o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, definiu sua posição em relação à divergência (sugerida pelo líder do PTB na Câmara, Gastone Righi) entre o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães e o Presidente da República, José Sarney. Ulysses tem defendido a tese de que a Constituinte "não pode ser condicionada", e o Presidente José Sarney, advoga um acordo prévio em torno de alguns princípios, como o do direito à propriedade privada. Pimenta garantiu que desconhece qualquer polémica entre Ulysses e Sarney sobre este assunto.

Pacto

Ao saírem da reunião do Conselho Político com o Presidente, Pimenta da Veiga e o líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso, voltaram a definir o pacto político:

— O pacto está aberto e é muito mais uma via adjetiva do que substantiva. Vai discutir os temas e levantar o calendário — disse Pimenta.

— Pacto é traçar um cronograma de votação no Congresso até a Constituinte, de forma a evitar que os partidos se choquem e se atropelam na formulação de emendas às diversas teses — afirmou Fernando Henrique.

Para o Deputado Paulo Maluf (PDS-SP), "pacto político é um nome pomposo que, por enquanto, não significa nada". Ainda segundo Maluf, o Governo, "com suas comissões e nomes pomposos", está tentando "mascarar" os verdadeiros problemas e a fome do povo.

Um ministro de Estado acrescentou que o pacto tem de abranger a emenda de convocação da Constituinte, que o Governo vai enviar em junho ao Congresso.

A esquerda independente do PMDB acha que a discussão do pacto político deve avançar até as proposições de política de Governo, incluindo questões de política econômica, como a renegociação da dívida externa.

Egydio Ferreira Lima (PE), por exemplo, defendeu junto ao líder Pimenta da Veiga e ao presidente do Partido, Ulysses Guimarães — segundo ele com a concordância de ambos — o prolongamento de discussões da comissão interpartidária, que trata da nova lei orgânica dos partidos.

No Rio, o Governador Leonel Brizola aceita participar do pacto político proposto pelo Presidente José Sarney, desde que sejam atendidas certas pré-condições.



Sarney com Lucena, Lourenço (de frente), F. Henrique (D) Chiarelli e Pimenta

Líderes discordam sobre melhor data

Brasília — Ao justificarem o envio de uma mensagem presidencial convocando a Constituinte, os líderes da Aliança Democrática que participaram da reunião do Conselho Político consideraram a emenda Gastone Righi — alternativa de convocação prevista na pauta de votação — "cheia de imperfeições, sem amplo respaldo parlamentar e impossível de ser aperfeiçoada". Há discordâncias, no entanto, quanto ao momento mais oportuno para o envio da emenda do Governo.

Receoso de que o Governo seja novamente pressionado, como ocorreu nas vésperas do envio da mensagem presidencial estabelecendo o princípio das eleições diretas para Presidente, o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, defendeu, durante a reunião, uma data que preceda 12 de junho, dia da votação da emenda Righi. Despreocupados, os líderes do Governo na Câmara e no Congresso, Pimenta da Veiga e Fernando Henrique Cardoso, dizem confiar na rejeição da emenda Righi.

— O patrocínio da Constituinte é inevitavelmente da Aliança Democrática. Por isto, não há preocupação de enviar a mensagem presidencial antes ou depois do dia 12 — disse Pimenta da Veiga, certo de que "ninguém pode duvidar do compromisso do Governo com a Constituinte".

— O quorum exigido (dois terços dos deputados e senadores) é muito alto. O Governo está tranqüilo. A rebelião durante a votação das diretas nas capitais foi por causa de interesses específicos. Agora trata-se de interesse geral — disse Fernando Henrique, referindo-se à tentativa de cerca de cem deputados de modificar, na madrugada do último dia 9, os prazos de desincompatibilização para secretários de Estado e diretores de estatais.

E se a emenda Righi for aprovada? Pimenta acha que o Congresso terá optado "por um texto pior", e Fernando Henrique prevê que o Legislativo se imporá a tarefa de votar outra emenda, "corrigindo as falhas da proposta de Gastone Righi". Ainda segundo o líder do Governo no Congresso, o texto da convocação a ser apresentado pelo Presidente, ao contrário do que foi feito por Righi, "deve ser sucinto, deixando que a Constituinte se auto-regule".

Outro assunto da reunião de ontem que ainda não obteve consenso foi a adoção de dois turnos nas próximas eleições; fiel a uma recomendação da Executiva Nacional de seu partido, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), foi o único dos participantes favorável à eleição em um único turno que não se considerou comprometido com a orientação de defender os dois turnos. Disse que pretende ouvir o partido antes, através de uma pesquisa que já começa a apresentar seus primeiros resultados.

Entre os outros líderes, surgiu a tendência de se adotar dois turnos somente para as capitais e municípios considerados, no passado, áreas de segurança nacional. Esta alternativa, vista com simpatia pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, não agrada ao líder Pimenta da Veiga, que prega dois turnos em todas as eleições.

Governo não abre mão do ato de convocar

Brasília — O jurista Afonso Arinos de Mello Franco, que no momento conclui um texto de mais de 100 páginas sobre o processo de democratização de vários países do mundo, estará em Brasília nos dias 28 e 29 para, num encontro com o Presidente José Sarney, lhe falar sobre as formas da convocação da Constituinte.

Na reunião do Conselho Político do Governo, no Palácio do Planalto, o Presidente disse aos participantes que, desde Epitácio Pessoa, todas as constituintes foram convocadas pelo Governo e não pelo Congresso — e esse será um dos argumentos que a aliança Democrática usará junto aos demais partidos para a não-aprovação da emenda Gastone Righi (PTB-SP), que também convoca a Constituinte.

Ainda não está definido como será a emenda do Governo, mas seus líderes no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, na Câmara, Pimenta da Veiga, e no Senado, Humberto Lucena, garantiram que será um texto pequeno, objetivo e direto. Deverá incluir, além da convocação em si, a solução para o caso dos senadores eleitos em 1982.

Esses parlamentares, que somam dois terços do Senado, precisam ser apoiados legalmente para se transformarem em constituintes, junto com os outros que forem eleitos para este fim, em novembro de 1986. Seu mandato é de oito anos e vai até 1990.

Há três alternativas para sua inclusão: ou a emenda já os considera incluídos na Assembleia Constituinte ou estabelece uma consulta especial sobre sua situação nas cédulas da eleição geral do próximo ano. Ao escolher os constituintes, o eleitor deverá dizer se quer também os senadores.

Outras questões, como o tempo de duração da constituinte e a compatibilização entre Congresso ordinário e Congresso constituinte, funcionando ao mesmo tempo, não deverão ser especificadas no texto.

ANC 88
Pasta 03-05/85
11/1985

POEMA